

ANDRÉ PAULO TELLES

**O CRESCIMENTO DO TERCEIRO SETOR
NO BRASIL NA DÉCADA DE 90**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para conclusão do curso de Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Luiz Antonio Domakosky

CURITIBA

2004

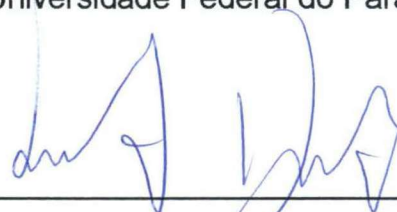
TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉ PAULO TELLES

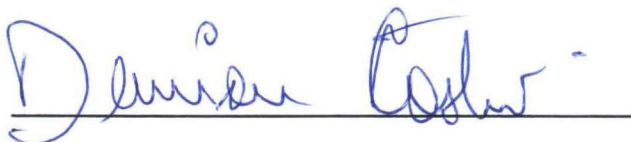
O CRESCIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL NA DÉCADA DE 90

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Luiz Antonio Domakosky
Departamento de Economia



Prof. Demian Castro
Departamento de Economia



Prof. Fabiane Zoraia Tribess
Departamento de Economia

Curitiba, 17 de fevereiro de 2004

A

*“Aquele que é capaz de fazer infinitamente mais
do que pedimos ou pensamos de acordo
com o seu poder que atua em nós,
a ele seja a glória na igreja e com Cristo Jesus,
por todas as gerações, para todo o sempre ! Amém!”*

Livro de Efésios 3:20-21

“Poucas pessoas se dão ao trabalho de estudar a origem de suas próprias convicções. Gostamos de continuar a crer no que nos acostumamos a aceitar como verdade. Por isso, a maior parte de nosso raciocínio consiste em descobrir argumentos para continuarmos a crer no que cremos.”

J. H. ROBINSON

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	iv
LISTA DE ABREVIATURAS.....	v
INTRODUÇÃO.....	1
1. CONCEITUANDO O TERCEIRO SETOR.....	2
1.1 BREVE HISTÓRICO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL.....	3
1.2 ASPECTOS LEGAIS.....	4
1.3 TIPOS DE INSTITUIÇÕES.....	5
1.3.1 Associações.....	6
1.3.2 Fundações.....	6
1.3.3 Sindicatos.....	7
1.3.4 Cooperativas.....	7
1.3.5 Igrejas.....	8
1.3.6 Organizações não Governamentais – ONGs.....	8
1.4 VOLUNTARIADO.....	10
1.4.1 Captação de Recursos.....	12
2. TEORIA ECONÔMICA E O TERCEIRO SETOR.....	13
2.1 O CAMINHO DO LIBERALISMO: CLÁSSICOS E NEOCLÁSSICOS.....	13
2.2 UMA CRISE NO CAMINHO: ESTADO DO BEM ESTAR.....	16
2.3 A RETOMADA DA CAMINHADA: NEOLIBERALISMO.....	20
2.4 O TERCEIRO CAMINHO: REESTRUTURAÇÃO SOCIAL.....	23
3. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E O TERCEIRO SETOR.....	25
3.1 AUMENTO DA POBREZA.....	25
3.2 PERFIL DO TERCEIRO SETOR.....	26
3.2.1 Setorização.....	26
3.2.2 Instrumentalização.....	27
3.2.3 Auto Financiamento.....	27
4. TERCEIRO SETOR: REALIDADE OU IDEOLOGIA.....	29
CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
ANEXOS.....	36

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ABRANGÊNCIA E CARACTERÍSTICAS DO TERCEIRO SETOR.....	2
TABELA 2 - CREDIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR.....	10
TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO.....	11

LISTA DE ABREVIATURAS

EUA	-	Estados Unidos da América
FGV	-	Fundação Getúlio Vargas
IBOPE	-	Instituto Brasileiro de Opinião Pública
ONG	-	Organização não Governamental
ONU	-	Organização das Nações Unidas
OSCIP	-	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de investigar as razões para o crescimento do Terceiro Setor no Brasil, principalmente no final do século XX. Até o ano 2000 verificou-se que o setor movimentou o equivalente a 1,5% do PIB brasileiro (SZAZI, 2000:21), e entre 1990 e 2002 o volume financeiro movimentado dobrou nos EUA¹.

Para isso pretende-se analisar as transformações sociais e econômicas desencadeadas a partir da década de 70 e consolidadas nos anos 80 e 90, resultado do atual processo de globalização, pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo, que acabaram por afetar diretamente as relações sociais e reduzindo a participação do Estado nas políticas de cunho social.

Tais transformações acabaram degradando as políticas sociais públicas, agravando as carências das populações menos favorecidas que não usufruíram de uma reprodução social adequada da sua força de trabalho. Diante disso pretende-se entender o crescimento do Terceiro Setor como uma resposta a este processo, que abriu espaço para parte da sociedade e das empresas participarem nas questões sociais, antes de responsabilidade exclusiva do Estado.

Norteando esta pesquisa estará a hipótese de que esta “nova” forma de intervenção social é resultado do aumento da influência progressista no atual cenário neoliberal; ou apenas está inserida em um plano de reorganização geral do capital que utiliza este instrumento assistencialista para fortalecer e/ou apoiar esta reforma.

Para isso utilizou-se o método descritivo, principalmente a partir de livros e alguns artigos afins, resultando em um texto dividido em três partes. A primeira descreve o Terceiro Setor: seu histórico, suas instituições, formas de financiamento, legislação, etc. A segunda parte mostra as modificações sociais sob liderança do capital, utilizando para isso uma revisão histórica das principais doutrinas econômicas e o contexto que as envolvia, procurando mostrar que o crescimento do Terceiro Setor faz parte da evolução (ou retrocesso) deste relacionamento.

¹ Conforme pesquisa da John Hopkins University disponível no site [/http://www.portaldovoluntario.org.br](http://www.portaldovoluntario.org.br), onde consta que o volume financeiro movimentado pelo Terceiro Setor nos EUA passou de US\$ 300 bi em 1990 para US\$ 600 bi em 2002.

1. CONCEITUANDO O TERCEIRO SETOR

Conforme a definição no Glossário do Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Terceiro Setor é o “espaço institucional que abriga um conjunto de ações de caráter privado, associativo e voluntarista, em geral estruturadas informalmente, voltadas para a geração de bens e serviços públicos de consumo coletivo; se houver lucro, deve ser reinvestido nos meios para se chegar aos fins definidos” (ALVES,2001). Ou ainda em outras palavras é o conjunto de instituições de atuação pública, não estatal, direcionadas no sentido do bem comum, formadas a partir de iniciativas privadas voluntárias , sem fins lucrativos.

O termo Terceiro Setor tem origem nos Estados Unidos em 1978, da onde deriva seu nome, “third sector”. “É de origem norte americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal” (LANDIM,1999:63). Portanto há a divisão social em esferas, sendo que o Primeiro Setor é o Estado, o Segundo Setor as organizações empresariais lucrativas e por fim o Terceiro Setor como as organizações não governamentais, conforme exemplificado no quadro abaixo:

TABELA 1: Abrangência e características do Terceiro Setor

Ambiente	1º Setor Estado	2º Setor Mercado	3º Setor Sociedade Organizada
Agente	Governo e Poderes Públicos	Empresas	Organizações não lucrativas, não governamentais
Finalidade precípua	Regulação	Lucro	Emancipação e Justiça Social
Iniciativas	Públicas com fins públicos	Privadas com fins privados	Privadas com fins públicos

FONTE : (BRANDÃO, 1988:12)

Ainda buscando uma definição pode-se dizer, conforme SOUZA (1999:7): “é um terceiro elemento que funciona como um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos” e ainda, conforme o mesmo autor, “apresenta-se como uma das iniciativas dessa interação entre esses três atores : Estado, Mercado e Sociedade Civil.”

1.1 BREVE HISTÓRICO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

De acordo com COSTA (2001), a participação de entidades sem fins lucrativos no Brasil data de meados do século XVI. Neste período as Santas Casas prestavam assistência às comunidades carentes, direta ou indiretamente, através das igrejas cristãs. A Igreja Católica, com o suporte do Estado, era a responsável pela maior parte das entidades que prestavam algum tipo de assistência. Este tipo de “associação” entre Estado e Igreja Católica esteve presente durante todo o período colonial, e só a partir do século XX outras religiões criam entidades com fins filantrópicos nos moldes já praticados pelos católicos.

No período republicano da história brasileira houveram muitas mudanças no Estado, fruto do processo de industrialização e modernização da sociedade, que alteraram as relações entre Estado, Igreja e sociedade. Surgem então instituições privadas, da sociedade civil, principalmente a partir da década de 30 (século XX), executando as funções que até então eram exclusividade da Igreja Católica, muitas delas já ligadas ao Estado, como sindicatos, federações, confederações e já algumas ONGs no papel de líder de movimentos políticos.

Durante as décadas de 60 e 70, o setor passa por um processo de amadurecimento e seleção de suas instituições em virtude das restrições tanto políticas como financeiras deste período. As restrições políticas em razão da ditadura militar deste período que oprimia qualquer tipo de manifestação. Assim as organizações não governamentais foram importantes como catalisadoras dos movimentos de aspirações sociais e políticas da população brasileira.

Financeiramente a crise internacional deste período, em virtude principalmente do choque do petróleo, desviou grande parte dos recursos de origem

externa, para países em conflitos ou menos desenvolvidos do que o Brasil, principalmente da África, Ásia e Leste europeu. Paralelo a isso, as agências estrangeiras passaram a exigir das entidades brasileiras mais competência na gestão e realização de seus projetos. Desta forma, as organizações passaram por um processo de aumento de profissionalização e de capacitação, adaptando-se a nova realidade conjuntural atraindo capital externo e atendendo melhor as novas necessidades sociais da população.

Nos anos 90 as empresas privadas começam a participar do Terceiro Setor, principalmente através de suas próprias fundações e institutos : filantropia empresarial. O resultado desta aproximação entre os setores, reforça a necessidade de modernização e de aumento da profissionalização para as instituições integrantes do setor, que passaram a investir na aquisição de atributos que confirmam melhorias de qualidade, transparência de ação e resultados (inclusive auditorias externas), aumento da visibilidade e da credibilidade e identificação de novas estratégias de sustentabilidade e financiamento.

No final do século XX, existiu o debate do papel das entidades do Terceiro Setor na sociedade moderna, principalmente quanto ao seu papel como agente social, seus desafios e limites de ação.

1.2 ASPECTOS LEGAIS

Segundo COSTA (2001), com a passagem do regime militar à democracia, e a aprovação da nova Constituição em 1988 abre-se espaço para as organizações não governamentais agirem de forma mais efetiva em resposta às dificuldades econômicas no Brasil. Pode-se destacar que a Constituição introduziu novos direitos socio-econômicos, expandiu os direitos de cidadania política e o estabelecimento dos princípios da descentralização na promoção das políticas sociais. Desta forma a Constituição foi o primeiro marco legal que criou uma base para a expansão e regulamentação das instituições do Terceiro Setor.

O segundo marco foi o que os pesquisadores da área chamam de “novo marco legal do Terceiro Setor”, referindo-se a Lei n.º **9.790** de 23 de março de 1999,

regulamentada pelo decreto n.º 3.100, de 30 de junho de 1999. Diante da necessidade de qualificação jurídica do setor frente ao seu recente crescimento, tanto em quantidade de instituições, como em volume de recursos movimentados e do seu reconhecimento como ator político - social.

Através da Lei nº 9790, cria-se a figura da “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público” (**OSCIP**) com a intenção de criar uma diferenciação das instituições privadas com objetivo público sem fins lucrativos. Para ser classificada como uma OSCIP toda instituição terá que preencher uma série de requisitos legais além de realizar atividades assistenciais, culturais, de defesa e conservação de patrimônio histórico e artístico, saúde e educação gratuita, promoção do voluntariado, etc. Desta forma houve o reconhecimento por parte do governo da existência de instituições públicas não pela sua origem, mas pela sua finalidade.

Outro grande avanço foi a criação do “Termo de Parceria”. Através de concurso de projetos as instituições poderão trabalhar como parceiras do Estado. Cria-se assim a possibilidade de articulação entre Estado e Terceiro Setor por meio de cláusulas que definem objetivos, metas, resultados a serem atingidos, cronograma de execução, critérios de avaliação de desempenho, previsão de receitas e despesas das ações a serem realizadas. Desta forma há maior transparência nos processos de negociação e na avaliação de utilização dos recursos públicos, devendo ainda se esperar uma melhoria nos serviços oferecidos às comunidades. Ao Estado caberá a fiscalização dos recursos públicos utilizados através da observação das atividades desenvolvidas.

Por fim, a nova Lei permite que as instituições sem fins lucrativos remunerem seus dirigentes, sendo com valores compatíveis com o mercado de trabalho local e também devendo constar no estatuto da entidade.

1.3 TIPOS DE INSTITUIÇÕES

Uma vez conceituado o Terceiro Setor, é interessante conhecer as principais entidades que o compõe:

1.3.1 Associações

Conforme definição de CAMARGO (2002:35). “associação é a congregação de certo número de pessoas que expõe em comum conhecimentos e serviços voltados a um mesmo ideal e movidos por um mesmo objetivo, seja a associação econômica ou não, com capital ou sem, mas jamais com intuito lucrativo. Sua finalidade pode ser altruística – como uma associação beneficente que atende a uma comunidade sem restrições qualificadas – ou egoística, que se restringe a um grupo seletivo e homogêneo de associados”.

Na prática, uma associação é uma pessoa jurídica de direito privado voltada para a realização de atividades culturais, religiosas e recreativas. Sua formação se dá a partir da constituição de um estatuto social cujo objetivo deve ser lícito e esteja regularmente organizada. Desta forma, a associação torna-se um agente social sujeito a direitos e obrigações inclusive o dever de constituir seu próprio patrimônio, independente de seus associados, tendo assim autonomia além dos atributos de seus membros.

1.3.2 Fundações

A base para a formação de uma Fundação é “o patrimônio e a vontade de destinar bens para uma idéia filantrópica” (CAMARGO,2002:37). Entende-se com isso, que uma fundação é uma pessoa jurídica, formada pela associação de um patrimônio e da idéia de um instituidor que são colocados a serviço de um determinado fim. A finalidade de uma fundação, não deve ser egoísta e sim o mais específica possível. Quanto ao bem destinado para sua constituição, este deve ser totalmente livre de qualquer ônus e legalmente disponível.

Para sua constituição legal é necessário a aprovação de seu estatuto social pelo Ministério Público, que acompanhará periodicamente seu balanço anual, tendo

poderes para extinguir uma fundação cujo objetivo tornar-se ilícito ou for impossível sua manutenção.

1.3.3 Sindicatos

“Sindicato é uma associação de caráter profissional , que congrega empregados e empregadores, trabalhadores autônomos e profissionais liberais que exercem uma mesma atividade ou outra similar , com o intuito de defender, estudar e coordenar seus interesses individuais e profissionais” (CAMARGO,2002:42).

Modernamente, define-se os sindicatos como entidades de direito privado que exercem atividades de interesse público com uma autonomia que dependerá do contexto político do país e dos interesses que este representa, podendo assim serem considerados como colaboradores do Estado nas questões trabalhistas e assistenciais. Sua constituição legal ocorre mediante um estatuto social e a obediência às disposições legais vigentes.

1.3.4 Cooperativas

“A cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio da criação de uma sociedade democrática e coletiva ” (CAMARGO,2002: 47).

O cooperativismo tem como foco principal o homem, a família e a comunidade. Por isso acredita em valores éticos de honestidade, responsabilidade social e preocupação com o semelhante. Pode ser criada a partir de um pequeno grupo de pessoas, que com recursos individuais formarão um capital coletivo para garantir suas atividades. Neste ponto está o diferencial deste tipo de entidade das outras, pois além de ser uma associação de pessoas, é também um negócio cujo resultado dependerá do equilíbrio desses dois aspectos : social e econômico .

Por ser uma alternativa econômica com fins sociais e com uma proposta ética, as cooperativas, em um contexto de pobreza e desigualdade social, podem ser uma eficiente forma de ajudar a modificar a realidade da população menos favorecida.

Atualmente muitas empresas comerciais, tentam humanizar suas relações trabalhistas tornando seus funcionários parceiros da empresa, através de participação nos lucros e ampliação de benefícios e treinamentos. Este tipo de iniciativa é consequência dos bons resultados do cooperativismo, mas ainda está longe de ser uma cooperativa, onde todos devem ser donos do empreendimento.

1.3.5 Igrejas

Como já foi dito anteriormente, a Igreja é a mais antiga entidade cuja estratégia de ação se aproxima da forma de trabalhar do Terceiro Setor, apesar de seu duplo papel, já que por muito tempo a Igreja foi representante do governo nas questões sociais. A partir da consolidação de um Estado Nacional e com a Proclamação da República, a questão social começa gradativamente a ser função do Estado. A Igreja passa a ter um papel complementar na questão social, dedicando-se mais a formação religiosa de sua comunidade.

A partir do século XX, outras religiões além da Católica, entenderam a atividade filantrópica como indissociável da prática religiosa e passaram também a promover parcerias com o Estado com os mesmos moldes da Igreja Católica.

1.3.6 Organizações Não - Governamentais - ONGs

Conforme definição no Glossário do Terceiro Setor da FGV, ONG é “qualquer organização sem fins lucrativos não estatal; a denominação passou a ser usada nos anos 80 para designar as entidades que, nascidas dos vários movimentos sociais da década anterior, atuavam com tendências ideológicas diversas, como o

marxismo ou o cristianismo, e passaram a contar com estreita cooperação de entidades não – governamentais internacionais” (ALVES,2001).

Pode-se ver que a constituição das ONGs no Brasil é um fenômeno recente, sendo o tipo de instituição que melhor representa o atual perfil do Terceiro Setor.

Apesar de ser uma organização que nasceu na década de 40 apenas para defender direitos políticos, nos anos 70 estas organizações começam a trabalhar como articuladoras e captadoras de recursos dos movimentos sociais. A partir dos anos 80 no Brasil seu crescimento é mais acelerado, parte em virtude da reorganização político–social que após 1982 abriu caminho para grupos de esquerda chegarem a cargos políticos, e também em parte pelo aumento da confiabilidade no gerenciamento de recursos e na eficiência de suas ações diante do grupo que representam.

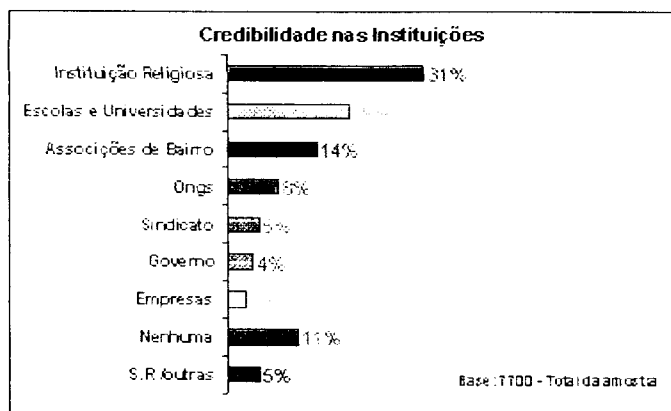
As principais ONGs brasileiras não tem apenas caráter filantrópico ou assistencial. “Trata-se de um agrupamento de pessoas, estruturado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara ser sem fins lucrativos, tendo como objetivo lutar por causas coletivas e/ou apoiá-las” (CAMARGO,2002:53).

Esta característica torna-se mais evidente em virtude do “ processo de juridicização que passou a mediar as relações entre os diferentes grupos sociais a partir da Assembléia Nacional Constituinte brasileira, a atuação de qualquer grupo social ganhou, de um lado, maior base de amparo legal e, de outro, maior necessidade de suporte técnico para esclarecimentos e conhecimentos no dia–a-dia da tramitação jurídica ” (CAMARGO,2002: 54).

Com isso as ONGs, principalmente nos anos 90, foram aumentando seu espaço da atuação ganhando reconhecimento da sociedade, mostrando-se muito eficientes no papel de “mediador legítimo” entre o Estado e a sociedade civil nas questões político-sociais, tornando-se assim parte integrante dos processos de mudanças nos últimos anos.

A credibilidade mencionada das ONGs pela sociedade é confirmada na pesquisa sobre voluntariado realizada pelo IBOPE em agosto de 2001. As ONGs aparecem com credibilidade de 8%, acima do próprio governo. Este resultado reflete a tendência que a sociedade tem em confiar mais nas instituições próximas do seu convívio, como as igrejas e as associações de bairro, do que em grupos distantes.

TABELA 2 : CREDIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR



FONTE : IBOPE, AGOSTO 2001 ²

O outro lado desta nova função das ONGs como mediadora das demandas sociais é destacado por MONTAÑO (2002). Segundo ele ocorre uma “re-instrumentação” da sociedade civil para atender as demandas sociais, desarticulando as lutas sociais por direitos civis do passado e portanto “criando um dócil setor de atividade entre as classes harmonicamente mancomunadas para o bem comum.”

1.4 VOLUNTARIADO

De acordo com a definição da ONU, “O voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos” (CAMARGO,2002:114).

O trabalho voluntário é a principal maneira de contar com a participação profissional de diversas pessoas das mais diferentes áreas que movimentam o Terceiro Setor. Não somente com sua participação direta como também a indireta através de contribuições e donativos. Mas o que leva alguém a ser um voluntário? O que é comum a todos eles, não são apenas valores morais socialmente constituídos

² Informação disponível no site <http://integracao.fvgs.br/pesquisa.htm/> , “Divulgação de Pesquisas relacionadas ao Terceiro Setor.”

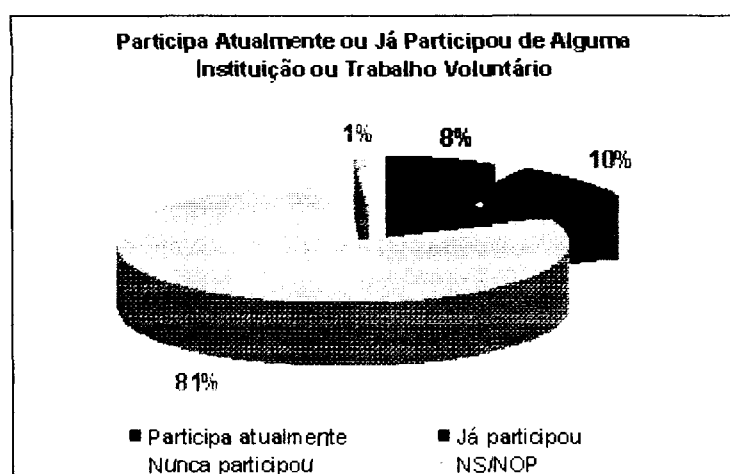
como o altruísmo e a solidariedade, mas a busca da auto – realização pessoal é a principal razão por trás de um voluntário.

Por isso deve haver identificação entre os anseios pessoais e o do grupo que forma uma determinada instituição, como se fosse uma missão a ser cumprida pelo grupo. Além disso cada indivíduo deve ter liberdade de expressar suas opiniões e desenvolver suas habilidades em prol do objetivo comum. Assim os indivíduos estão buscando antes satisfação com o exercício de seus talentos, do que mero retorno financeiro.

Existem voluntários das mais diversas categorias profissionais, e faixas etárias o que torna o setor humanamente heterogêneo e, se bem direcionado, com grande potencial. Há ainda aqueles que buscam ocupação para seu tempo livre, por exemplo desempregados ou aposentados, desenvolvendo alguma atividade ‘socialmente útil’ como forma de retribuir ao próximo seu conhecimento adquirido.

Através de recentes pesquisas sobre o perfil do voluntariado, descobriu-se que 18% da população já participou de algum tipo de trabalho voluntário, e 35% desses pertencem a classe ‘A’.

TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO DE TRABALHO VOLUNTÁRIO



FONTE: IBOPE AGOSTO 2001³

³ Informação disponível no site <http://integracao.fvgs.br/pesquisa.htm/>, “Divulgação de Pesquisas relacionadas ao Terceiro Setor.”

1.4.1 Captação de Recursos

Segundo pesquisadores da John Hopkins University dos Estados Unidos, o Terceiro Setor é a oitava força econômica mundial, movimentando US\$ 1,1 trilhões por ano, gerando aproximadamente 10,4 milhões de empregos. No Brasil a mesma pesquisa revelou que o país conta com 250 mil entidades, empregando 1,5 milhão de pessoas e 12 milhões de voluntários⁴.

A captação dos recursos é muito importante e uma grande dificuldade das entidades com responsabilidade social. A obtenção de recursos financeiros e voluntários engajados, não é vista como o objetivo principal das instituições do Terceiro Setor, ao contrário das sociedades civis, mas como instrumento de realização dos objetivos de cada instituição.

Assim como no mercado, a facilidade ou não para a obtenção de recursos irá depender da estratégia adotada pela entidade para abordar a sociedade e a identificação entre os valores morais desta sociedade e os objetivos da entidade. “As doações e o trabalho voluntário, cujo volume varia conforme o interesse e a vontade dos doadores, são fontes estratégicas de recursos, desde que não se tornem o único meio de captação” (CAMARGO, 2002:60).

Despertar o interesse do doador é a melhor forma de criar uma base arrecadadora confiável que proporcione a manutenção e o crescimento do setor. Temos a criação de estratégias utilizadas pelas entidades para conscientizar a população dos benefícios sociais das atividades prestadas, e portando da necessidade das doações para sua realização.

Uma dessas estratégias é a vinculação dos patrocinadores com o projeto social por ele financiado, portanto com ampla divulgação na sociedade. As empresas esperam ter retorno financeiro do donativo, através do aumento das vendas, transformando a assistência social em um negócio, “uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial” (MONTAÑO,2002:23).

⁴ Dados obtidos no site //http://www.ecoplan.org.br//

2. TEORIA ECONÔMICA E O TERCEIRO SETOR

*“O Estado não é um elemento neutro, imparcial no contexto social.
Há uma dominação de uma classe por outra na sociedade,
ele serve de instrumento nas mãos da classe dominante.”*
(Karl Marx)

Através do ponto de vista da classe social dominante e do seu relacionamento com o Estado, com o mercado e com a sociedade pretende-se, através de uma rápida e curta revisão histórica das doutrinas econômicas que nortearam a economia capitalista a partir do século XVIII, perceber as transformações político sociais que se seguiram. Desta forma, será possível perceber que o crescimento do Terceiro Setor no Brasil e em outros países no final do século XX, faz parte destas transformações.

2.1 O CAMINHO DO LIBERALISMO: CLÁSSICOS E NEOCLÁSSICOS

O início da revisão histórica é o berço do liberalismo no século XVIII na Europa. O conceito de liberalismo econômico tem início como doutrina na Escola Clássica inaugurada com a obra de Adam Smith (1723-1790) em seu livro *A Riqueza das Nações* de 1776. Para entender o conceito de liberalismo é possível usar a definição de Sandroni : “Doutrina que serviu de substrato ideológico às revoluções antiabsolutistas que ocorreram na Europa ao longo dos séculos XVII e XVIII” (SANDRONI,2002:347).

Portanto para compreender corretamente os princípios defendidos pelos Clássicos e posteriormente pelos Neoclássicos e Neoliberalistas é importante analisar, mesmo que brevemente, o contexto político – econômico do final do século XVIII.

A economia deste período era dominada por ideais Mercantilistas que, segundo Araújo, “preocupavam-se sobretudo com a política econômica, com saldos favoráveis na balança de pagamento, com o estoque de metais preciosos e com o

poder do Estado. O Estado seria tanto mais forte quanto maior fosse seu estoque de metais preciosos ” (ARAÚJO, 1995:22).

A acumulação de riquezas buscada pelo Rei era baseada na redução de importação e aumento de exportação através principalmente de medidas protecionistas nas relações comerciais entre os países. Não é difícil perceber que tal política acaba por estrangular os mercados, limitando a produção de bens e portando o crescimento da economia. Neste contexto, de um Estado fortemente presente, as idéias liberais contrárias ao Mercantilismo ganham força e defendendo o não - intervencionismo do Estado nas *leis naturais do mercado*⁵, como melhor alternativa para o crescimento econômico.

Adam Smith acreditava que a riqueza de uma nação não estava na acumulação de metais preciosos, mas sim na circulação de produtos gerados pelo trabalho. Assim expressões como *laissez-faire*, *laissez-passer*⁶ e *mão invisível*⁷ ganham espaço na época ao sintetizar os ideais de liberdade para a produção e para a comercialização de bens defendido por estes estudiosos. Para eles caberia ao Estado apenas garantir a livre concorrência entre as empresas e o direito à propriedade privada.

É conveniente salientar que o berço deste liberalismo é a Inglaterra, que estava na vanguarda das transformações sócio – econômicas decorrentes do aumento de produtividade advindo do novo padrão industrial que emergia nesta época, possível através da acumulação de capital anterior. À frente destas transformações encontra-se uma burguesia nascente, que usa os argumentos da escola Clássica para defender seus interesses econômicos e garantir o constante aumento de sua riqueza.

⁵ Para os Clássicos a economia é uma ciência regida por leis naturais, universais e eternas, tal como a física newtoniana.

⁶ Expressão que significa literalmente “deixar passar, deixar fazer”. Tem origem na fisiocracia francesa do sec XVIII e passou a representar os ideais da política de liberalismo econômico nas leis do mercado.

⁷ Conceito elaborado por Adam Smith em seu livro *A Riqueza das Nações* para ilustrar o conceito de que a busca individual em um sistema de mercado acaba por conduzir ao interesse de toda a sociedade.

O Liberalismo Clássico era portanto uma importante escola nas mãos da classe capitalista que emergia, capaz de exprimir os anseios desta burguesia industrial que precisava de uma ideologia que justificasse e permitisse a liberdade necessária para a expansão da produção e portanto da acumulação de riqueza. Porém a medida que o excedente econômico aumentava, crescia o poder da classe capitalista e também a exploração aos trabalhadores.

“A situação social da maioria da população era calamitosa. Qualquer viajante de um país industrial moderno que passasse pela Inglaterra entre 1770 e 1830 ficaria chocado com a miséria, a subnutrição e a exploração do operariado. A jornada de trabalho chegava a 14 horas diárias. Crianças e mulheres eram obrigadas a trabalhar em condições sub-humanas. As crianças, às vezes, chegavam a ser amarradas às máquinas para não fugirem. As condições de higiene também eram péssimas e os costumes brutais. Não é de admirar que a mortalidade infantil fosse elevada. Existiam mulheres que haviam tido 20 filhos e todos haviam morrido. A sorte era desigual para as diversas classes sociais. Este era o preço que a sociedade estava pagando pela acumulação” (ARAÚJO, 1999:25; grifo meu).

O aumento da riqueza concentrado nas mãos de apenas uma classe social não chegou a preocupar alguns pensadores clássicos, já que consideravam que as leis de mercado são leis naturais, logo acreditavam ingenuamente que o equilíbrio tenderia à uma natural distribuição desta riqueza. Mesmo mais tarde, a partir de 1870, com o aparecimento de uma nova escola, a Neoclássica, não há uma preocupação específica com a predominante concentração de renda e má condição de vida da classe trabalhadora.

Os Neoclássicos deixam de lado a questão do excedente econômico e das classes sociais e preocupam-se em estudar a alocação ótima dos recursos existentes na economia. O ponto de vista **microeconômico** desta escola continua mantendo a atenção voltada apenas para o lado da oferta de bens, continuando a acreditar que ela acabaria sempre criando sua própria demanda e o governo continuava sendo um “mal necessário”, devendo agir somente quando houvessem falhas de mercado. O equilíbrio entre oferta e demanda, em um mercado de concorrência perfeita, iria determinar “naturalmente” o preço que maximizaria tanto a satisfação do consumidor quanto o lucro do produtor.

Assim a classe capitalista industrial européia, principalmente na Inglaterra, comandava muito bem a máquina de acumulação de capital, já expandindo seu mercado para o continente Americano. Permanecia assim cada vez mais fortalecida combatendo qualquer tentativa de mudar o então modelo econômico.

2.2 UMA CRISE NO CAMINHO : ESTADO DO BEM ESTAR

Este paradigma perverso do ponto de vista social, focado apenas na produção dos bens⁸, permanece presente no cenário até a década de 30 (séc. XX) quando há um súbito esgotamento deste modelo capitalista. O marco desta crise é o ano de 1929⁹, mais precisamente no dia 24 de outubro na bolsa de valores de Nova Iorque (EUA). O “*crash*”¹⁰ da bolsa de valores foi resultado de um excesso de títulos no mercado de capitais, que sem demanda suficiente provocou uma desvalorização generalizada das ações. A repercussão nos demais ramos da economia resultou na retração da renda nacional, queda geral de preços, desemprego em massa, falência de empresas e a redução da produção industrial e agrícola à metade do nível anterior. Inicialmente as perdas se limitaram apenas aos Estados Unidos, mas rapidamente contaminaram todo o restante do mundo capitalista, afetando o comércio internacional e provocando um aumento nas tarifas de caráter protecionista em cada país.

O mercado por si só não foi capaz de reequilibrar as atividades econômicas como até então os neoclássicos defendiam, pelo menos em um prazo¹¹ aceitável. A partir daí há o abandono dos ideais liberais e ganha atenção o modelo de Estado intervencionista na economia, principalmente nos Estados Unidos. Inspirado por

⁸ Conhecida como lei de Say : toda oferta cria sua própria demanda. Leva o nome de seu autor, Jean-Baptiste Say (1767-1832), economista clássico francês.

⁹ Também conhecida de Grande Depressão. Foi o período entre 1929 e 1933, marcado com uma grave crise econômica que teve início nos EUA e se propagou depois para o resto do mundo capitalista.

¹⁰ Termo em inglês muito utilizado para indicar a ruptura ou falência do mercado de ações.

¹¹ Os Clássicos defendiam uma política econômica com resultados no longo prazo, e como Keynes disse contrário a tal pensamento : “A longo prazo todos estaremos mortos.”

idéias keynesianas¹² que serviram de base para a formulação de um plano de intervenção na economia para combater os efeitos da Grande Depressão e também o idealismo socialista que assombrava o mundo capitalista, coloca-se em prática nos EUA o plano “*New Deal*”¹³ em 1933. Este plano “baseou-se na intervenção do Estado no processo produtivo, por meio de um audacioso plano de obras públicas, com o objetivo de atingir o pleno emprego, o que contradizia toda a tradição liberal dos Estados Unidos” (SANDRONI,2002:423).

O início da crise econômica foi uma super produção industrial que não teve uma demanda correspondente. Por isso Keynes (1883-1946) recebeu atenção ao criticar a Lei de Say usando o conceito da demanda efetiva. Não somente Keynes, mas também outros economistas como Thomas R. Malthus (1766-1834) e o próprio Karl Marx (1818-1883) já haviam percebido o risco da super produção em uma economia norteadada apenas pela oferta.

Este último, percebeu que o aumento da produtividade capitalista alcançado com a utilização crescente de máquinas em detrimento do trabalho assalariado, acaba gerando uma super produção incapaz de ser absorvida pelo sistema. Também cria o que ele chamou de população relativa excedente, uma população desempregada, sem rendimentos, à margem do sistema.

O conceito da demanda efetiva de Keynes pode ser considerado como uma “anti-lei” de Say, já que estuda as razões que sustentam a economia através de uma investigação do que interfere na dinâmica da demanda, e não da oferta. De forma resumida o princípio da demanda efetiva discorre sobre dois conceitos: propensão marginal a consumir e os determinantes da transformação da poupança em investimento produtivo na economia.

O primeiro admite que a renda do trabalhador não cresce na mesma proporção que o consumo de bens, principalmente em um período de expansão econômica. Dependendo do nível salarial, o trabalhador irá guardar (poupar) uma parte deste excedente (propensão marginal) gerando uma diferença entre custo do trabalho e gasto em consumo geral, desequilibrando a Lei de Say. Tal diferença

¹² Nome que deriva do nome de seu principal representante: John Maynard Keynes. Economista inglês, pioneiro da macroeconomia e defensor do Estado intervencionista na busca do pleno emprego.

¹³ Termo em inglês que pode ser traduzido como “Novo Acordo”.

deveria ser suprida com novos investimentos e gastos do governo, mesmo ao custo de déficit público .

O segundo conceito defende a hipótese que a poupança se transforma em investimento , através dos empresários, somente se houver a garantia segura de retorno deste investimento com taxas superiores às taxas de juros do mercado. Caso contrário a poupança irá estagnar o ciclo de re-investimento da economia tão necessário para sua manutenção. Assim caberá ao governo incentivar o investimento na economia, via manutenção da taxa de juros e infra estrutura de base para o capital, mesmo ao custo de déficit público.

Portanto o governo deve intervir pontualmente na economia, visando impedir vazamentos que poderão enfraquecer a demanda que realmente tem potencial de compra e pagamento – a *demand*a efetiva. Uma das principais conseqüências da política econômica que busca o equilíbrio através da demanda efetiva é manter a economia com alta taxa de utilização de recursos produtivos, portanto com um nível muito elevado de emprego. O sinal que a economia está em equilíbrio econômico é o *pleno emprego*¹⁴. “A conquista e a manutenção de um nível de pleno emprego são um importante fator de crescimento econômico, acompanhadas da elevação do padrão de vida da população” (SANDRONI,2002:474).

O crescimento econômico que este modelo trouxe nos anos 50 e 60 nunca fora visto antes no capitalismo . Os movimentos políticos da social - democracia abraçaram o keynesianismo, num passo rumo à domesticação do capitalismo, aproximando capitalistas e trabalhadores.

“A combinação de democracia e capitalismo estabelece um compromisso: aqueles que não possuem instrumentos de produção consentem com a instituição de propriedade privada do estoque de capital, enquanto os que possuem instrumentos produtivos consentem com as instituições políticas que permitem a outros grupos apresentar eficazmente suas reivindicações quanto à alocação de recursos e à distribuição do produto” (PRZEWORSKI,1989:243).

¹⁴ Situação em que a demanda de trabalho é muito próxima da oferta. Significa que todos que buscam emprego, a um nível salarial corrente, conseguem.

Porém na passagem dos anos 60 para os 70 começa a surgir um hiato fiscal, entre aumento de gastos e redução de arrecadação de impostos.

“Na verdade, o fundamento da crise fiscal do estado tem mais a ver com o *uso político e econômico* que as autoridades, representantes de classe, têm historicamente feito em favor do capital (e até em proveito próprio): pagamento da dívida pública (interna e externa), renúncia fiscal, superfaturamento de obras, resgate de empresas falidas, vendas subvencionadas de empresas estatais subavaliadas, clientelismo político, corrupção, compras superavaliadas e sem licitação, empréstimos ao capital produtivo com retorno corroído pela inflação, taxas elevadíssimas de juros ao capital financeiro especulativo, construção de infra-estrutura pública necessária para o capital produtivo e comercial” (MONTAÑO,2002:216).

A participação do Estado na economia é em grande parte¹⁵ financiada com o recurso arrecadado com impostos : contribuições dos trabalhadores, com a taxação dos salários e sobre a taxação dos lucros dos empresários. É certo que em um Estado do Bem-Estar este custo é transformado em benefício tanto para o capital como também para o trabalhador na forma da manutenção do pleno emprego, políticas sociais, complementos salariais, etc. Desta forma podemos perceber que o estado intervencionista era financiado tanto pela classe trabalhadora como pelo capital.

Porém com o aumento contínuo da carga tributária nominal é limitado e acaba provocando redução de arrecadação efetiva¹⁶ (curva de Lafer) , uma vez que aumenta o emprego informal, eleva a sonegação de impostos e incentiva o investimento produtivo fora do país. Desta forma o Estado arrecadava menos do que gastava, aumentando a dívida pública, a inflação e o desemprego, provocando o fenômeno chamado de *estagflação*¹⁷. “Na passagem dos anos 60 para os 70, o déficit fiscal do Estado torna-se verdadeiramente insuportável; deslancha uma profunda crise fiscal entre 70-80” (MONTAÑO,2002:217).

¹⁵ Em grande parte pois o Estado tem outras fontes de recursos, como as empresas estatais e o mercado financeiro.

¹⁶ Existe um estudo sobre a relação entre arrecadação tributária e a taxa de impostos da economia, expressa na curva que leva o nome de seu autor : **Curva de Lafer** - existe um limite para a taxa de impostos que maximiza a arrecadação. A partir deste ponto a arrecadação irá diminuir.

¹⁷ Combinação de elevação das taxas de inflação e do desemprego na economia.

As conseqüências do hiato fiscal é a principal justificativa para a necessidade de uma reforma política do estado de âmbito mundial, viabilizada pela burguesia nacional e internacional, iniciando assim a corrosão do Bem - Estar.

2.3 A RETOMADA DA CAMINHADA : NEOLIBERALISMO

No início da década de 70 tem (re)início uma forte pressão política, partindo da classe capitalista, contra o modelo intervencionista, por motivos já discutidos, principalmente em nações onde o Capitalismo estava em um nível mais avançado de desenvolvimento: Inglaterra e Estados Unidos. O liberalismo econômico volta ao contexto econômico mundial com um novo nome: *Neoliberalismo*.

Segundo o Novíssimo Dicionário de Economia, o termo Neoliberal é modernamente utilizado para definir a doutrina econômica que tenta adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. Portanto se baseia na “livre atuação das forças de mercado, o término do intervencionismo do Estado, a privatização das empresas estatais e até mesmo de alguns serviços públicos essenciais, a abertura da economia e sua integração mais intensa no mercado mundial ”(SANDRONI,2002:421).

Estas medidas podem ser traduzidas como “contração da emissão monetária, elevação dos juros, baixas dos impostos sobre altos rendimentos, abolição de controles sobre fluxos financeiros, aumento de desemprego, combate a greves e à legislação trabalhista, corte de gastos sociais, privatização, etc (PIRES,2001:4).”

Tais medidas visavam a redução da máquina estatal, via controle de gastos, visando reduzir o grande déficit público acumulado e assim recuperar a estabilidade monetária do país. Desta forma uma reforma fiscal poderia ser feita para posteriormente reduzir a carga tributária e atrair novos investimentos. A força dos sindicatos seria quebrada (com a redução dos gastos públicos na área social) e assim restaurar a taxa natural de emprego¹⁸ e do salário real. Assim a classe

¹⁸ Taxa sem a interferência de políticas de geração de emprego pelo governo ou por pressão de sindicatos.

capitalista poderia, com o mercado livre, recuperar o crescimento da economia colocando a máquina de acumulação de capital pra funcionar a todo vapor.

O mais conhecido representante a inaugurar esta corrente foi Friedrich August von Hayek ¹⁹ (1899-1992), cuja defesa do estado liberal é baseada na demonstração de que um estado intervencionista leva ao totalitarismo e à perda de liberdade. É importante perceber que Hayek elaborou suas teorias no entre guerras, no mesmo período que Keynes²⁰, quando ainda eram muito presentes as cicatrizes deixadas pelo planejamento estatal alemão que resultou no nazismo.

Segundo este autor não há liberdade política ou civil sem que haja antes liberdade econômica. Conforme Carlos Montaña escreve em seu livro *Terceiro Setor e Questão Social* sobre o liberalismo defendido por Hayek : “Para ele qualquer intervenção estatal na economia, mesmo procurando a justiça social, significaria uma afronta à liberdade econômica, e onde não há liberdade econômica também não pode existir liberdade política” (MONTAÑO, 2002:78).

Nem mesmo a busca da justiça social é motivo para a intervenção do estado, pois para este a melhor forma de haver distribuição de riqueza na sociedade é através da própria desigualdade. “A diferença de expectativas, de capacidades, de sorte, desencadearia a concorrência, considerada estrategicamente como regulador social por excelência” (MONTAÑO,2002:80).

Desta forma o “novo” paradigma a partir dos anos 70/80 procura reduzir o Estado a duas funções básicas. A primeira é assegurar e coordenar o funcionamento de um mercado competitivo e descentralizado, que permita a liberdade individual. Liberdade aqui no sentido formal, perante a lei, não no sentido de igualdade de oportunidades, já que para Hayek, qualquer intervenção estatal que tente garantir a justiça social, acabará interferindo na liberdade de fato.

A segunda função é prover serviços que o mercado não consegue fornecer : “numa sociedade que atingiu um nível geral de riqueza como a nossa (a inglesa)” ; “não há dúvida de que, no tocante à alimentação, roupas e habitação é possível garantir a todos um mínimo suficiente para conservar a saúde e a capacidade de trabalho”(HAYEK,1990:124).

¹⁹ Economista austríaco, naturalizado inglês e ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1974. É considerado o precursor Neoliberalismo.

Assim de acordo com o autor, igrejas, ONGs e instituições com fim social de modo geral, deveriam, apenas em países que já tem um elevado nível de renda, de forma descentralizada e focada²¹, promover políticas sociais que visem a própria manutenção do trabalhador ou atender indivíduos que não tiverem acesso ao mercado. Como para HAYEK (1990) qualquer intervenção estatal acaba por suprimir a liberdade, a política assistencial deve ser dirigida apenas para pessoas que não querem²² buscar sua própria sobrevivência.

Podemos perceber que a segunda função estatal acaba tendo o propósito de garantir a primeira, pois elimina do Estado a obrigação/função de intervir no mercado para promover melhor distribuição de renda e acabar por suprimir de alguma forma a liberdade econômica. Aqui, mesmo com uma base moral questionável do ponto de vista social, surge a ideologia que justificaria a iniciativa filantrópica empresarial do Terceiro Setor até os dias de hoje.

Cabe aqui a ressalva de que o liberalismo do séc. XVIII lutava contra a intervenção de um Estado absolutista monárquico, onde o rei comandava o futuro de qualquer indivíduo e de sua nação. Já o neoliberalismo acaba usando quase que os mesmos argumentos do séc. XVIII, para enfrentar um “inimigo” muito menor que o Rei – um estado intervencionista que defende a mesma liberdade de mercado, mas que também procura proporcionar bem estar social a sua população, via a busca do pleno emprego. Por este ponto de vista, tanto um como o outro primam a acumulação capitalista : um promovendo a liberdade necessária para a otimização da produção, e o outro garantindo, além disso, a solvência desta produção.

Por isso o Neoliberalismo tem recebido muitas críticas já que seu antecessor intervencionista mostrou ser um sistema econômico mais completo que procura uma melhor distribuição de renda, portanto socialmente mais justo, e por isso tem a simpatia política dos partidos social–democratas pelo mundo, principalmente na Europa, que exercem forte pressão contra o modelo neoliberal, e vem procurando limitar sua influência na economia e assim na sociedade.

²⁰ As idéias keynesianas foram na época mais interessantes, pois asseguravam a rápida retomada do crescimento econômico no pós guerra e combatia o crescimento das idéias comunistas.

²¹ O autor salienta a forma descentralizada e focada de distribuição das instituições para evitar que se tornem organizadas o suficiente a ponto de interferir no mercado.

²² De acordo com a teoria do mercado de trabalho neoclássico, a decisão de trabalhar ou não depende da disposição apenas do trabalhador em querer fazê-lo.

2.4 O TERCEIRO CAMINHO²³ : REESTRUTURAÇÃO SOCIAL

O modelo Neoliberal mostrou-se eficiente para tirar as economias de crises inflacionárias graves nos anos 70 e 80, herdada do modelo anterior, e recuperar a taxa de lucro das empresas que foi reduzida ao longo deste período. Porém continuou sua expansão ficando longe do cumprimento da promessa de recuperação da taxa de crescimento com estabilidade e desenvolvimento.

A ampliação no nível de desigualdade social em quase todos os países é percebido através do agravamento da diferença de renda e da ampliação da pobreza. Por outro lado, e contraditório a este movimento, houve aumento das taxas de lucro das empresas. Dentro do contexto neoliberal este resultado é perfeitamente válido, como observa ANDERSON (1995) :

“ Economicamente , o neoliberalismo fracassou, não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, e que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.”
(ANDERSON,1995:23)

Este resultado contraditório pode ser entendido economicamente através da falta de uma regulamentação financeira que direcionasse parte do lucro obtido para investimento em infra estrutura produtiva e não em investimento especulativo, incapaz de criar novos postos de trabalho para absorver mão de obra e promover crescimento econômico sustentável, ou seja, não foram criadas condições para a reprodução social da força de trabalho.

Assim o mundo começa a rejeitar o dogmatismo neoliberal que se mostrou incapaz em solucionar problemas sociais e começa a gerar problemas estruturais

²³ Semelhança intencional com o conceito moderno de “Terceira Via”, que descreve a alternativa que une as vantagens competitivas da economia de mercado à segurança do Estado do Bem Estar social.

como desequilíbrio nas balanças comerciais e de pagamento, aumento crescente do desemprego, e generalização da pobreza e de miseráveis urbanos.

O modelo mostra-se portanto inadequado para conduzir a sociedade para uma democracia socialmente justa. Atilio Borón sintetiza este aspecto ao escrever: “a liberdade não pode sobreviver onde o cidadão indigente está disposto a vendê-la por um prato de lentilhas. (...) quando os pobres se transformam em indigentes e os ricos em magnatas, sucumbem a liberdade e a democracia, e a própria condição do cidadão” (BORÓN, 1995:71).

Diante deste quadro abre-se espaço para o Terceiro Setor como alternativa para conciliar as demandas sociais que o Estado não pode dar e o mercado não tem interesse em participar. Portanto a volta do Estado interventor nos mesmos moldes keynesianos não é mais provável em razão da crise fiscal atual, nem também é esperado o aumento direto da participação do mercado nas questões sociais, já que o lucro é o objetivo deste setor, não o assistencialismo.

Parece então que na democracia dos nossos dias é preciso repensar a sociedade como um todo, não em setores, tendo em vista a melhor configuração para conciliar crescimento econômico, com desenvolvimento e justiça social.

Diante deste processo de transformação social, abre espaço para a sociedade civil ser co-participantes do Estado nas políticas de cunho social, promovendo assim uma aproximação e conseqüente interação dos três “setores”, via o Terceiro Setor. Neste contexto as organizações do setor aumentam nos anos 90 em razão das crescentes demandas sociais, havendo portanto ampliação deste tipo de intervenção social antes de responsabilidade apenas do Estado.

3. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E O TERCEIRO SETOR

3.1 AUMENTO DA POBREZA

O período que melhor caracteriza o crescimento do Terceiro Setor dentro do processo da transformação societária tem início na década de 70, marcado pela falência do padrão de produção *fordista-keynesiano*. Segundo MONTAÑO (2002), em época de crise o capital hegemônico ataca o trabalho e os capitais mais fracos e a reforma que se seguiu caracteriza bem isso. O modelo foi apontado como culpado pela crise do capitalismo devido a super produção típica deste. A nova situação precisava de inovações no processo de trabalho que permitisse ajustes na produção, ou *flexibilização*. Em decorrência desta deficiência do modelo ele é superado pelo de *acumulação flexível (toyotismo)*, que faz parte da estratégia de implementação de inovações no processo de trabalho que acompanha a revolução tecnológica globalizada dinamizada pelo capital.

O contínuo plano neoliberal tem implicações no contexto social, através das transformações ocorridas no mercado de trabalho, que afetam diretamente o padrão de vida da sociedade. A redução do trabalho fabril (em decorrência da automação da produção), a terceirização dos serviços (que normalmente vem acompanhada de redução de benefícios sociais), a precarização dos contratos de trabalho, o desemprego estrutural e a redução da intervenção sindical são algumas das conseqüências destas transformações.

Claro que as transformações na sociedade não são em razão da mudança do modelo de produção (fordista para toyotista), mas através dela. A verdadeira razão é a crise capitalista que demandou tais transformações para manter as taxas de lucro, que acabaram refletindo diretamente na sociedade, deteriorando o nível de renda do trabalhador.

Segundo GROSSI (2001), em seu trabalho sobre a evolução da pobreza durante o Plano Real no período de 1995 a 1999: “os resultados indicam um crescimento do número de pobres de 1,2% ao ano” mais ainda, “concentrou-se nas regiões metropolitanas, onde atingiu a taxa de 5% ao ano”.

Pode-se relacionar também o aumento da pobreza dos anos 90 com o crescimento do Terceiro Setor. Nesta perspectiva o Terceiro Setor é uma alternativa para as populações carentes reivindicarem suas necessidades, buscando soluções localmente ou através de parcerias com o Estado. O aumento da pobreza acaba impulsionando as entidades a ocuparem o espaço do setor público na questão social, tendo portanto altas taxas de crescimento nos anos 90, acompanhando o aumento da pobreza.

3.2 PERFIL DO TERCEIRO SETOR

As entidades do Terceiro Setor vem se profissionalizando, assimilando técnicas e valores típicos de uma empresa privada, ficando cada vez mais parecido com uma gestão empresarial moderna. Assim percebe-se que o perfil do setor é moldado dentro destas mudanças, tendo características que estão de acordo com o plano neoliberal de reorganização do capital: uma intervenção descentralizada, e desfocada, enfraquecida e dependente do próprio mercado.

3.2.1 Setorização

O Terceiro Setor é formado a partir de um corte no plano social, dividindo-o em três esferas, isolando e autonomizando a dinâmica de cada um deles. Com isso há uma **distorção** da **realidade social** sob um ponto de vista reducionista, já que a sociedade é o Estado e o mercado, não uma terceira parte dela.

A setorização acaba desfocando a responsabilidade das questões sociais, direcionando para apenas um setor, reduzindo o custo social para o Estado e assim diminuindo, ou mesmo eliminando, a necessidade de aumento de tributos das empresas como forma de custeá-las.

Além disso a necessidade de financiamento das entidades, acaba permitindo que o mercado direcione as políticas sociais de acordo com seus interesses, podendo enfraquecer movimentos contrários ao seu objetivo.

3.2.2 Instrumentalização

Segundo GUERRA (2000) a instrumentação remete à qualidade e capacidade de algo (pessoa, classe, máquina, instituição, etc.) em ser meio de obtenção de finalidades.

A profissionalização é a forma que as entidades vem utilizando para melhorar a eficiência das políticas sociais para atrair mais recursos, ampliando sua atuação. Porém acaba dando um tom privatizante na gestão das questões sociais, criando um “amortecedor social” entre o estado e as classes sociais conflitantes, docilizando a luta social em favor do capital.

Outra importante característica que pode ser notada é a descentralização da política social entre as diversas instituições, pulverizando a força de reivindicação junto ao Estado. Isso é claramente favorável ao mercado, pois a pressão da desigualdade social é enfraquecida e reduzida ao âmbito do setor responsável - o terceiro.

3.2.3 Auto Financiamento

O *auto-financiamento* do Terceiro Setor através de venda de produtos ou serviços, dá um tom de **privatização** às políticas sociais no Brasil, e acaba por, segundo MONTAÑO (2001:23), “retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais de qualidade; criar uma autoculpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento.” Como se os problemas das classes menos favorecidas fossem causados por eles mesmos, e portanto devem ser solucionados dentro do próprio contexto.

Por fim a parceria entre poder público e as instituições acaba **terceirizando** os movimentos sociais, utilizando as instituições como intermediadoras dos movimentos sociais. Desta forma há um distanciamento e isolamento entre poder público e população, aumentando “o isolamento político e econômico das organizações populares” (PETRAS, 1999:72), enfraquecendo a luta social articulada.

4. TERCEIRO SETOR: REALIDADE OU IDEOLOGIA.

“O autoritarismo é o grande inimigo da autoridade.”

(ARAUJO,1995:24)

Por trás do Terceiro Setor há um grupo social para o qual ele não passa de uma ideologia que permite que este grupo prossiga seu caminho sem ser questionado. Este grupo social representa o poder do Capital, para quem a forma setorizada e desfocada de enfrentamento da questão social, acaba escondendo e/ou disfarçando a verdadeira e antiga ideologia liberal necessária para a reprodução desta classe – a **acumulação de capital**.

Para ilustrar este ponto de vista serão utilizados alguns fragmentos de dois artigos com a opinião que Jorge Gerdau Johannpeter tem sobre o Terceiro Setor. Por ser Diretor Presidente da Gerdau SA, a maior empresa produtora de aços longos da América e há mais de cem anos no mercado ²⁴, ele parece ser um bom representante dos interesses do capital oligopolista no Brasil. Um dos artigos foi publicado na Gazeta Mercantil de Minas Gerais em 24/08/01 e o outro na página da ONG Parceiros Voluntários da internet. Ambos estão anexados no final deste trabalho.

Gerdau defende o Terceiro Setor dizendo que “só o fortalecimento e o crescimento do Terceiro Setor, principalmente por meio do trabalho voluntário - peça-chave neste contexto - poderá conduzir a um processo de melhor equilíbrio e progresso (...) é a forma mais prática e econômica de resolver problemas **sem estar na dependência** dos outros, e dar início a um processo do qual o próprio **empresário será o maior beneficiado**” (grifos meus).

O empresário continua dizendo que “para atacar os problemas sociais, é preciso buscar soluções que evitem o aumento de impostos. Para um país como o Brasil, de renda baixa, 30% de carga tributária é exorbitante.” E prossegue: “Fala-se em 15, 20 e 30%, mas sabe-se que, nos caminhos de ida e de volta da

²⁴ Informação disponível no site da empresa na internet : <http://www.gerdau.com.br/>

burocracia, muito pouco chega aos mais necessitados” Ainda falando em elevada carga tributária, continua : “Na busca de soluções, dois caminhos tem sido percorridos: de um lado, pensa-se em mais impostos; de outro, em **menos impostos e mais trabalho voluntário**” (grifos meus).

Sobre a importância do trabalho voluntário, ele argumenta: “Então, para ser bem-sucedida, a empresa precisa do trabalho de pessoas voluntárias. Essas pessoas, segundo Gerdau, têm alma generosa e sabem trabalhar em equipe, enquanto o individualista não tem a mesma capacidade.” E ainda “Recomendo às empresas que analisem um pouco, porque, se você têm colaboradores com potencial para trabalhar em equipe, dotados de generosidade, eles rendem **20, 30** ou até **50% mais**” (grifos meus).

Ao analisar os trechos em negrito dos artigos acima mencionados, pode-se entender que do ponto de vista do empresário - e da classe social economicamente dominante - o aumento da carga tributária, com o pretexto de reverter esses recursos para o campo social é injustificável, já que “*nos caminhos de ida e de volta da burocracia*” o resultado final para o cidadão carente é mínimo. Subtende-se que os caminhos da burocracia referem-se ao Estado corrupto e incompetente que justifica por isso a busca de uma solução que não seja “*dependente dos outros*”, ou seja, longe do setor público.

O Terceiro Setor, segundo Gerdau, é esta alternativa, pois é mais “*econômica*”, ou seja, além de não ser necessário o aumento de impostos para promover políticas sociais, produz também aumento da taxa de lucro na medida que aumenta a produtividade do trabalho assalariado; “*eles rendem 20, 30 ou até 50% mais*”, e por isso “*o próprio empresário será o maior beneficiado*”.

Dentro da perspectiva da setorização, há a transferência para o Terceiro Setor da responsabilidade das questões sociais, desonerando os outros setores desta responsabilidade. Possibilita assim a retirada do Estado do campo social, legitimando a redução de seu tamanho e de suas funções e também libera o segundo setor, nas palavras de Gerdau, para “*atender às necessidades do mercado*” – ou seja : o **lucro**.

Assim, diante do ponto de vista da análise acima, pode-se perceber que existe uma ideologia por trás da estruturação do Terceiro Setor, que está em perfeita

conformidade com as pretensões neoliberais de reorganização do capital hegemônico.

CONCLUSÃO

Sem dúvida para as comunidades carentes para quem a assistência social do Terceiro Setor é dirigida, o resultado é muito importante e bem recebido, já que contribui para o bem estar físico e emocional dos participantes. Em um contexto distante da ideologia que o controla, o Terceiro Setor é uma importante forma de transformar **valores em ações**, ou seja, as ações de assistência social às comunidades carentes, a partir de valores como altruísmo, solidariedade e compaixão.

Porém os argumentos levantados ao longo do trabalho, levam a concluir que a estruturação do Terceiro Setor está em perfeita conformidade com todas as pretensões neoliberais. A forma descentralizada e desfocada típica das organizações do Terceiro Setor, muda a estratégia de enfrentamento ao sistema, via Estado, para uma estratégia de negociação entre Estado e Terceiro Setor, em uma parceria despolitizada.

Assim o movimento social dependente de financiamento externo, fica enfraquecido e controlado pela classe capitalista, na luta pela hegemonia na sociedade civil.

Portanto pode-se concluir que o ***Terceiro Setor é funcional ao projeto neoliberal de reestruturação do sistema, sendo portanto parte dele, garantindo a hegemonia capitalista.***

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Mário Aquino. **Glossário do Terceiro Setor**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

Disponível no site : <http://www.rits.org.br/>

ANDERSON, Pery. **Balço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo : As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do Pensamento Econômico – Uma Abordagem Introdutória**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

BRANDÃO, A. de O. ; SILVA, A. de O. ; GUADAGNIN. **Das Origens do Estado ao advento do Terceiro Setor**. Paraná : ANPAD, 1998

BÓRON, Atílio. **A Sociedade Civil depois do Dilúvio Neoliberal**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo : As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CAMARGO, Mariângela Franco de Camargo; SUZUKI, Fabiana Mayumi; SAKIMA, Mery Ueda Ricardo Yuzo Sakima; GHOBRI, Alexandre Nabil. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil**. São Paulo: Editora Futura, 2002.

COSTA, Cláudia Soares; VISCONTI, Gabriel Rangel. **Terceiro Setor e Desenvolvimento Social**. Relato Setorial nº3. AS/GESET, 2001.

Disponível no site: <http://www.bndes.gov.br/>

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. **Evolução da Pobreza no Brasil, 1995/1999**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP nº. 104. Campinas, 2001.

Disponível no site: <http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/textos/texto104.pdf/>

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

HAYEK, Friedrich August von. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

LANDIM, Leilah. **Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas**. Rio de Janeiro : Departamento de Serviço Social. PUC,1999.

MEIRELES, Elisângela Cabral de. **O desafio das ONGs ante a minimização do papel do Estado no cenário global**. Caderno de Pesquisas em Administração – V.9, nº3. São Paulo, 2002

Disponível no site: <http://www.ead.fea.esp.br/>

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

PETRAS, James. **Neoliberalismo: América Latina , Estados Unidos e Europa**. Blumenau : FURB , 1999

PIRES, Valdemir. **Estado, Mercado e Tributação**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1996.

PRZEVORSKI, Adam. **Capitalismo e Social–democracia**. São Paulo: Companhia das Letras,1989.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 2002.

SOUZA, Alves. **Breves Notas sobre as Novas Configurações do Estado Contemporâneo: Considerações sobre o Terceiro Setor**. Salvador,1999. Teia de Hipertexto da Faculdade Integrada da Bahia – Ano 1 N°2.

Disponível no site: <http://www.fib.br/>

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor. Regulação no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

ANEXOS

GERDAU DEPOSITA TODA CONFIANÇA NO TERCEIRO SETOR

ALBERTO SENA

O empresariado brasileiro já não é o mesmo, pelo menos em relação às questões sociais. A evolução da consciência empresarial no campo social, na última década, foi enorme. Os trabalhos feitos recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) comprovam essa evolução em todo o País.

O pensamento de Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Grupo Gerdau, do Rio Grande do Sul (RS), sobre o chamado 'Terceiro Setor', é um exemplo dessa consciência que se expande no meio dos empresários. Ele integra o Conselho Permanente do Fórum de Líderes Empresariais Gazeta Mercantil e é um dos grandes incentivadores da ONG gaúcha 'Parceiros Voluntários'.

Para Gerdau, "só o fortalecimento e o crescimento do Terceiro Setor, principalmente por meio do trabalho voluntário - peça-chave neste contexto -, poderá conduzir a um processo de melhor equilíbrio e progresso".

Ele descobriu que o trabalho voluntário possui dimensão mais vasta do que normalmente se supõe. No entender dele, tudo o que se faz ou que se diz sobre o trabalho voluntário é pouco diante de sua verdadeira dimensão.

Gerdau reconhece que no Brasil, os problemas sociais são mais intensos do que em muitos outros países. O aprofundamento do fosso social, ele o debita ao permanente aumento da carga tributária. Segundo disse, a motivação para o trabalho voluntário pode vir de fatores emocionais, de considerações de ordem moral ou mesmo religiosa.

Mas também pode partir de considerações de ordem econômica. A adesão à ação voluntária é a alternativa mais certa e econômica para auxiliar o ser humano. Até mesmo dentro de uma visão egoísta, com base no pensamento do 'egoísmo construtivo', se pode praticar atos voluntários.

Gerdau explica: é a forma mais prática e econômica de resolver problemas sem estar na dependência dos outros, e dar início a um processo do qual o próprio empresário será o maior beneficiado. A 'Parceiros Voluntários' atua buscando estabelecer relações entre indivíduos e instituições.

O empresário disse que a carga tributária está acima de 30%. E para atacar os problemas sociais, é preciso buscar soluções que evitem o aumento de impostos. Para um País como o Brasil, de renda baixa, 30% de carga tributária é exorbitante. Pelas contas dele, cada real investido é multiplicado por 12 vezes, embora isso ainda venha de forma conservadora.

Quando o empresário paga tributos, o percentual que chega a quem realmente precisa é muito pouco, disse Gerdau. "Fala-se em 15, 20 e 30%, mas sabe-se que, nos caminhos de ida e de volta da burocracia, muito pouco chega aos mais necessitados". Então, para ser bem-sucedida, a empresa precisa do trabalho de pessoas voluntárias. Essas pessoas, segundo Gerdau, têm a alma generosa e sabem trabalhar em equipe, enquanto o individualista não tem a mesma capacidade. Em Sapucaia, ao lado da usina do grupo, funciona uma escola municipal com 700 crianças. A Gerdau passou a dar apoio para desenvolver a tecnologia de gerenciamento de qualidade total. Começou com palestras, limpeza, cursos para os

professores, envolvendo os pais e a comunidade. Não ofereceu dinheiro à escola, mas doou computadores usados e parte do tempo de seus profissionais.

Hoje, a escola é uma instituição modelo copiada pelas outras. A intenção do grupo é estender os mesmos benefícios às demais escolas de Sapucaia. O interessante é o quanto foi investido no projeto: nada. É que na usina de Sapucaia atuam em torno de 1,5 mil pessoas que trabalham em média 200 horas. São 300 mil horas/mês. O principal profissional da qualidade total e duas funcionárias foram escalados para trabalhar na escola.

Essas pessoas deram por mês à escola dois ou três dias de trabalho, indo todas as semanas durante algumas horas, o equivalente a cerca de 80 horas por mês. De 300 mil horas, foram cedidas apenas 80 horas. "É claro que demos as horas de nosso melhor profissional, mas, tomando a proporção custo/benefício, isto é igual a zero", disse Gerdau.

Em compensação, hoje a escola possui 700 crianças felizes. Na opinião do empresário, o que foi feito é perto de nada. Importante foi o resultado: crianças potencialmente mais aptas a colaborar para o desenvolvimento da comunidade.

Fonte: Gazeta Mercantil de Minas Gerais 24/08/01

Disponível no site: <http://www.parceirosvoluntarios.org.br/artigos.html/>

CONCEITO DE VOLUNTÁRIO

JORGE GERDAU JOHANNPETER
DIRETOR PRESIDENTE GERDAU SA

Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha satisfação em poder partilhar de um ambiente com tanta energia positiva no desenvolvimento do trabalho voluntário. Gradativamente, tenho me envolvido cada vez mais neste processo e estou convicto de sua importância para o desenvolvimento do país. Pediram-me para transmitir a visão do empresário no processo do voluntariado. Tenho refletido bastante sobre este tema, e afirmo que o trabalho voluntário possui uma dimensão muito mais vasta do que normalmente supomos. Ao lidar com emoções, com problemas sociais, com mudanças de comportamento, a ação voluntária ganha contornos especiais. No meu entender, tudo o que se faz, tudo o que se diz sobre o trabalho voluntário é pouco diante de sua verdadeira dimensão.

Vale sempre a pena repetir a diferenciação teórica entre os três setores da atividade social: o Estado, Primeiro Setor, a iniciativa privada, Segundo Setor e as organizações não-governamentais, sem fins lucrativos, o Terceiro Setor. Os exemplos no mundo mostraram a absoluta limitação da capacidade do Primeiro Setor, o setor governamental, em resolver os problemas sociais. No Brasil, vivemos este problema com uma intensidade maior do que em outros países. O permanente aumento da carga tributária vem acompanhado do aprofundamento dos problemas sociais. O Segundo Setor, as empresas, que tem a função de oferecer produtos e serviços, procura atender às necessidades do mercado. Surgiu, então, o Terceiro Setor, este segmento destacado. Provavelmente, nós todos já percebíamos a sua presença, sem compreender sua real dimensão. Além de sua importância no processo de desenvolvimento, as atividades do Terceiro Setor têm profundo impacto no aprimoramento da democracia. Mas o ponto mais importante é que ele sabe vencer os obstáculos com extrema economia, conseguindo fazer verdadeiros milagres. O Primeiro Setor, com toda a sua experiência ao longo dos anos, tem suas limitações, e o Segundo Setor tem características e funções especiais. Do meu ponto de vista, só o fortalecimento e o crescimento do Terceiro Setor, principalmente através do trabalho voluntário - que é a peça-chave neste contexto -, poderá conduzir a um processo de melhor equilíbrio e progresso. Ressalto que cada um de nós, em seu dia-a-dia, deve valorizar cada vez mais a importância do desenvolvimento de nossas organizações sociais.

Por que voluntariar? Quero oferecer uma resposta a esta questão dentro do ponto de vista empresarial. A motivação para o trabalho voluntário pode provir de fatores emocionais, de considerações de ordem moral ou mesmo religiosa. Mas também posso partir de considerações puramente de ordem econômica. Indiscutivelmente, a adesão à ação voluntária é a alternativa mais certa e econômica para auxiliar o ser humano em qualquer contexto de necessidade. Eu também posso afirmar, dentro de uma visão egoísta, talvez até dentro do pensamento do egoísmo construtivo, de Ayn Rand, que se pode praticar atos voluntários porque é a forma mais prática e econômica de resolver problemas sem estar na dependência dos outros, e dar início a um processo do qual eu mesmo vou ser o maior beneficiado. É sempre muito

importante dar ao trabalho voluntário uma dimensão universal. Não se trata simplesmente de decidir qual é a melhor opinião, se a minha opinião é superior ou melhor que a dos demais. É preciso perceber o trabalho voluntário como uma riqueza potencial que o ser humano tem para construir o seu desenvolvimento evolutivo. Então, qual é o nosso papel na Parceiros Voluntários? Qual é o papel de voluntariar? Que pessoas, em que instituições? O nosso papel é o de construir a parceria entre pessoas e instituições. A Parceiros Voluntários atua nesse sentido, buscando estabelecer relações entre indivíduos e instituições. Esse é um campo ilimitado, para dizer de forma simples e direta.

Gostaria de voltar ao ponto da aflição dos problemas sociais. Diante desses conflitos, que de certo modo todos vivemos, cabe a pergunta: de quem é a culpa pelo caos social em que vivemos, do governo ou de nós mesmos? Eu não tenho resposta a este questionamento, mas é preciso colocá-lo em sua correta dimensão. É cômodo pôr a culpa no governo, mas também temos a nossa parcela de responsabilidade. Quando analiso a situação de pressão social que nos circunda, só posso concluir que o problema é de todos nós, com ou sem governo. Deste modo, a nossa solidariedade, a nossa responsabilidade, a nossa participação pessoal em qualquer atividade do Terceiro Setor, em prol de seu desenvolvimento e crescimento, embora não seja uma solução milagrosa, única, tem uma influência decisiva na solução de nossas dificuldades. Mas eu gostaria que cada um de nós permanecesse com esta pergunta: “de quem é a culpa?”.

Na busca de soluções, dois caminhos têm sido percorridos: de um lado, pensa-se em mais impostos; de outro, em menos impostos e mais trabalho voluntário, mais solidariedade. No cenário brasileiro atual, a carga tributária está acima de 30%. E o que percebemos no ambiente social? Se tivéssemos o dobro do dinheiro disponível para o cumprimento dos problemas sociais, vocês acham que estaríamos resolvidos? É evidente que não. Mas precisamos buscar soluções que evitem o aumento de impostos. Em um país com renda baixa como o nosso, trinta e tantos por cento de carga tributária já é muito. Se analisarmos que uma grande parte não paga impostos, então esses 30% de carga tributária significam mais de 50% para alguns que pagam, com pouco retorno para esses contribuintes.

Gostaria de fazer mais uma observação. O empresário tem, de certo modo, essa função, essa missão de falar de coisas materiais, desagradáveis, mas que devem ser levadas em conta. Cada real investido é multiplicado por 12 vezes, embora isso ainda venha de forma conservadora. Agora eu pergunto, invertendo a questão: quando pagamos tributos, qual o percentual que chega a quem realmente precisa, necessita? Fala-se em 15, 20 e 30%, mas sabe-se que, nos caminhos de ida e volta da burocracia, muito pouco chega aos mais necessitados. Como vocês sabem, estou pessoalmente envolvido no processo do estabelecimento da qualidade total, e na qualidade total está claramente definido que, numa instituição privada ou governamental, é preciso atender aos quatro públicos, ou seja, aos clientes, acionistas, colaboradores e à comunidade. Não há instituição empresarial hoje que possa sobreviver sem atender às suas responsabilidades para com a sua comunidade, o seu vizinho. Isso faz parte do processo da empresa moderna. Dentro do trabalho voluntário, temos duas divisões, o trabalho voluntário da pessoa física e da pessoa jurídica. É importante ressaltar que esses dois caminhos, que podem ser separados ou se integrar, são peças-chave para o pleno desenvolvimento do voluntariado.

Partindo da visão empresarial, gostaria ainda de enfatizar um outro ponto: as pessoas que atuam no terceiro setor, trabalhando voluntariamente, são aquelas que se diferenciam dentro da organização. Hoje, tecnicamente, avaliamos as pessoas a partir de três conceitos: competência técnica, humana e conceitual. Quantas vezes encontramos pessoas com alta competência técnica e muito baixa competência de relacionamento humano? Não vou entrar em discussões conceituais, mas a verdade é que hoje, dentro da organização, cada vez mais se trabalha com menos hierarquia. As pessoas são envolvidas no processo. A empresa precisa do trabalho de um time, e as pessoas que voluntariam têm a alma generosa e sabem trabalhar em equipe. O individualista, o egoísta não tem esta capacidade. Temos aqui um aspecto decisivo para o sucesso empresarial. Recomendo às empresas que analisem um pouco, porque, se você têm colaboradores com potencial para trabalhar em equipe, dotados de generosidade, eles rendem 20, 30 ou até 50% mais. O trabalho voluntário é essencialmente mobilização social que educa as pessoas no sentido do trabalho em equipe.

Eu vou dar um exemplo do que se pode fazer em termos de trabalho voluntário. Em Sapucaia, nós temos uma usina (fico um pouco constrangido de trazer casos próprios, mas acho importante poder falar aos empresários como com um pouco você muda um cenário) e, ao lado de nossa empresa, existe uma escola municipal com 700 crianças. Resolvemos dar um apoio para desenvolver a tecnologia de gerenciamento de qualidade total, e começamos com palestras, limpeza, cursos para os professores, envolvendo os pais e a comunidade. Não oferecemos dinheiro à escola. Doamos computadores usados e parte do tempo de nossos profissionais. O importante em tudo isso é que fornecemos o nosso maior patrimônio, o conhecimento, a capacidade gerencial. Ajudamos essa escola, que hoje é uma instituição modelo que é copiada pelas outras escolas. E, agora, pretendemos estender o mesmo às demais escolas de Sapucaia. O mais interessante é o seguinte: quanto foi investido no projeto? Direi que não investimos absolutamente nada. Por quê? Em Sapucaia atuam na nossa usina em torno de 1.500 pessoas, trabalhando em média 200 horas, somando 300 mil horas/mês. E quantas pessoas de nossa empresa foram envolvidas no projeto? Escalamos o nosso principal profissional da qualidade total, e mais duas funcionárias que trabalham com ele, com capacidade na área de recursos humanos, no campo do treinamento. Essas pessoas deram por mês dois ou três dias de trabalho, indo todas as semanas durante algumas horas, o que significa, então, cerca de 80 horas por mês. Então, de um montante de 300 mil horas, cedemos apenas 80 horas. É claro que demos as horas de nosso melhor profissional, mas, tomando a proporção custo/benefício, isto é igual a zero, e, no entanto, temos hoje 700 crianças felizes. Recebemos cartas dos pais, das crianças agradecendo o nosso envolvimento. Observando o que fizemos, não é nada. O que significa para a empresa ceder 80 de 300 mil horas? Entretanto, tornamos essas 700 crianças felizes, 700 crianças potencialmente mais aptas a colaborar positivamente para o desenvolvimento da comunidade. Temos um vídeo que mostra como nós encontramos a escola: na sujeira, no abandono. Com apenas um processo de motivação, estímulo, aulas, o cenário mudou, sendo hoje um cenário de motivação. Com este exemplo quero mostrar a vocês que, com um mínimo de esforço, praticamente com nada, conseguimos mudar um cenário. O que é isso? É a motivação, a capacidade de transferir o que mais sabemos. Temos outros exemplos semelhantes: quando assumimos, por parte da Gerdau (uma consultoria de gestão), a SPAAN-Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos

Necessitados, um asilo de idosos. O que nós estamos objetivando? Tornar essa entidade auto-suficiente na gestão. E o que nós estamos procurando fazer? Como mencionaram ainda há pouco, é preciso saber fazer até o livro-caixa, e a maior parte das pessoas não sabe gerenciar porque elas são especializadas em outras áreas. Com nossos colaboradores com conhecimento profissional, estamos capacitando a equipe a realmente gerenciar. Deste modo, temos condições de chegar realmente a uma evolução. Tenho a convicção profunda de que esta caminhada do trabalho voluntário é da maior importância para o desenvolvimento social e econômico do país.

Para encerrar, gostaria de lançar ainda mais uma pergunta aos senhores, uma pergunta que tenho-me feito muitas vezes, olhando esses países mais desenvolvidos: os países do primeiro mundo são desenvolvidos, porque têm trabalho voluntário, ou eles têm trabalho voluntário porque são desenvolvidos? Esta resposta eu não tenho, apenas deixo um convite a todos vocês: vamos nos empenhar mais, vamos dar as mãos para construir mais iniciativas no trabalho voluntário. Muito obrigado.

Jorge Gerdau Johannpeter - Diretor Presidente Gerdau SA e título - Conceitos de Voluntariado

Disponível no site: <http://www.parceirosvoluntarios.org.br/artigos.html/>